Por Daniel Miquelutti, Head de Novos Negócios da Picsel (*)

A crise do Seguro Rural no Brasil não deriva apenas da falta de orçamento, ela é estrutural. As mudanças climáticas aceleram perdas, ampliam a volatilidade e expõem a fragilidade de um modelo que depende de vistorias presenciais e enfrenta alto risco de base, o que significa a chance de o produtor sofrer prejuízo sem receber indenização. Os dados do Ministério da Agricultura mostram que a área segurada despencou de 13,7 milhões de hectares em 2021 para cerca de 7,3 milhões de hectares em 2022, e as séries oficiais apontam queda contínua nos anos seguintes. Essa retração ocorre precisamente quando o clima exige mais proteção, não menos.

O contingenciamento aprofunda o problema, mas não explica sua origem. O orçamento aprovado para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural em 2025 foi de R$1,06 bilhão, segundo o Ministério da Agricultura, mas R$445,17 milhões foram bloqueados, o equivalente a 42% da verba. A restrição fiscal transforma cobertura prometida em cobertura inexistente. Mesmo quando há recurso disponível, o modelo indenizatório tradicional permanece preso a processos longos, avaliação subjetiva de danos e alto custo operacional. A consequência é um seguro caro, lento e pouco previsível em um país sujeito a secas severas, estiagens e eventos extremos cada vez mais frequentes.

O mundo migra para soluções paramétricas porque elas eliminam ineficiências intrínsecas ao seguro tradicional. O Swiss Re Institute documenta que índices objetivos e medições independentes reduzem o risco operacional e permitem pagamentos rápidos, muitas vezes automáticos. Essa eficiência só é possível com bases robustas de clima, séries históricas longas e monitoramento confiável.

No Brasil, a infraestrutura ainda é insuficiente. O Instituto Nacional de Meteorologia opera cerca de 800 estações meteorológicas, número pequeno para a extensão territorial e incapaz de garantir a granularidade necessária para produtos paramétricos escaláveis baseados em estações de superfície. E no contexto geral, considerar que no Brasil temos alternativas, passando por dados de satélites e dados de reanálise ou modelos meteorológicos (combinam informações de satélite, estações de superfície, modelos meteorológicos e/ou de IA).

A falta de dados não é um problema técnico. É um problema político que limita o acesso do pequeno produtor. Quanto mais densa a rede de estações e quanto maior a integração de observações satelitais, mais precisos são os índices e maior é a inclusão. O produtor depende de liquidez imediata para manter o fluxo de caixa e cumprir obrigações. O seguro paramétrico atende exatamente a essa necessidade porque não exige perícia, não exige laudo e não depende de interpretação. Pagamentos rápidos protegem cooperativas, reduzem inadimplência e diminuem risco para instituições financeiras que ofertam crédito rural.

Sem infraestrutura de dados, sem padronização de índices e sem auditoria independente, o paramétrico continuará tratado como piloto e não como política pública. A regulação precisa estabelecer critérios mínimos para cálculo de índices, padronizar metodologias e obrigar a transparência das séries climáticas utilizadas nos contratos. A atuação coordenada entre governo, setor privado e resseguradores, apoiada por instituições como o Swiss Re Institute e por dados do Instituto Nacional de Meteorologia, cria o ambiente necessário para escala e previsibilidade.

A crise atual expõe que insistir no modelo tradicional é insistir em uma proteção que falha quando o produtor mais precisa. O único caminho sustentável é combinar seguro paramétrico em larga escala com investimento público em infraestrutura climática e com um marco regulatório que garanta confiança e segurança jurídica. Sem esses elementos, qualquer reforço orçamentário será apenas paliativo. Com eles, o Seguro Rural deixa de ser um subsídio frágil e passa a ser uma política de resiliência capaz de proteger o agronegócio da nova realidade climática.

*(*) **Daniel Miquelluti** é cofundador e Head de Novos Mercados da Picsel, insurtech especializada*

em seguros agrícolas. Engenheiro Agrônomo com mestrado em Estatística Experimental e doutorado em Economia Aplicada na USP, atua há mais de uma década no desenvolvimento de soluções inovadoras em seguro rural. Já assessorou seguradoras, resseguradoras e órgãos públicos na estruturação de produtos e estratégias de gestão de risco climático no campo. Na Picsel, lidera projetos que combinam inteligência artificial, sensoriamento remoto e dados climáticos para transformar a operação de seguros agrícolas no Brasil.

Fonte: Mention, em 05.12.2025